



2011
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E
CONTAS

2012
PROGRAMA DE ACTIVIDADES E
ORÇAMENTO

TEXTO

	PÁG.
1 - INTRODUÇÃO	2
2 - ENQUADRAMENTO	3
3 – ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	5
4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FUNCIONAL	9
5 – ACTIVIDADES PROGRAMADAS PARA 2012	10
6 – ORÇAMENTO PARA 2012	13

Anexos

A1 – Membros do Conselho Nacional da Água no final de 2011

A2 – Ordens de Trabalho das 42ª, 43ª e 44ª reuniões do CNA

2011 RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS

2012 PROGRAMA DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO

1- INTRODUÇÃO

Essência

O Conselho Nacional da Água (CNA) é o órgão independente de consulta do Governo no domínio do planeamento e da gestão sustentável da água e foi criado através do Decreto-Lei n.º 45/94, de 22 de Fevereiro. A sua composição, competências, regime de funcionamento e inserção orgânica foram sucessivamente redefinidas através dos Decretos-Leis n.º 166/97, de 2 de Julho, n.º 84/2004, de 14 de Abril, e n.º 7/2012, de 17 de Janeiro.

O Relatório e Contas respeitante ao ano de 2011, e o Programa de Actividades e Orçamento referente ao exercício de 2012, que seguidamente se apresentam, inserem-se nas disposições desses diplomas estruturantes e respeitam, também, o ordenamento regimental e consuetudinário do Conselho, as orientações do presidente e os entendimentos estabelecidos no decorrer das reuniões plenárias e no desenvolvimento dos seus trabalhos preparatórios e complementares.

As acções realizadas ao longo do exercício antecedente e que se sintetizam no presente relatório continuam a reflectir a capacidade de intervenção transversal e integradora do CNA desde a sua constituição em 1994, a qual se espera ver evidenciada na concretização das acções a desenvolver no próximo futuro, nomeadamente das que constam do programa de actividades para 2012, igualmente contido na parte final deste documento.

2- ENQUADRAMENTO

Objectivos

Foi recentemente editado um desdobrável de divulgação da actividade do Conselho Nacional da Água, que sintetiza os aspectos estruturais e de procedimento que enquadram a intervenção do Conselho, os quais se entende adequado reproduzir no presente relatório.

Razão de ser

- A progressiva consciência do novo posicionamento que a sociedade humana deve assumir perante a importância estratégica da água, por ser essencial à vida e constituir um factor insubstituível nas actividades económicas e no equilíbrio ambiental do planeta
- A necessidade de uma gestão global e integrada dos recursos hídricos numa óptica de utilização eficiente e sustentável da água
- O carácter transversal da gestão da água – baseada em conhecimento multidisciplinar e na actuação intersectorial
- A imprescindível interacção da administração pública e da sociedade civil na concepção e na prática da gestão da água



Objectivos

- Acompanhar a elaboração e a execução de **planos e projectos** com relevância nos usos da água e no domínio hídrico e pronunciar-se sobre as medidas que permitam a melhor articulação das acções deles decorrentes
- Constituir um fórum de discussão alargada da **política de gestão dos recursos hídricos** nacionais, numa perspectiva ecossistémica, de desenvolvimento equilibrado e duradouro e de compatibilização dos interesses sectoriais e territoriais
- Contribuir para o estabelecimento de **opções estratégicas** da gestão e controlo dos sistemas hídricos e para a harmonização de procedimentos e de metodologias de intervenção nos recursos hídricos





Constituição

- Administração Pública central
- quinze representantes de diferentes ministérios, a nível de director-geral;
- Administração Pública regional e local
- sete representantes das Regiões Autónomas e das administrações das regiões hidrográficas;
- oito representantes dos Municípios;
- Organizações científicas, económicas, profissionais e não governamentais mais representativas nos usos da água
- dezoito representantes; e
- Vogais convidados pelo seu reconhecido mérito no domínio dos recursos hídricos
- dezasseis pessoas, no máximo

Forma de actuação

O CNA reúne em **sessões plenárias**, pelo menos duas vezes por ano, mas também sempre que convocado pelo presidente, por sua iniciativa ou a solicitação da maioria dos membros

As **deliberações** do CNA são tomadas por consenso ou, sempre que tal consenso não se revele possível, à pluralidade de votos. São lavradas actas de todas as reuniões plenárias

O Conselho funciona em âmbito restrito, através da actuação de **grupos de trabalho**, a quem cabe a elaboração de **apreciações** que fundamentem os seus **pareceres**

Os grupos de trabalho são constituídos com missões específicas, associando os vogais do Conselho e os **especialistas** adequados à prossecução dos objectivos visados

A organização e coordenação das actividades do CNA são asseguradas pelo **Secretário-Geral**, coadjuvado por personalidades de reconhecido prestígio e experiência



O CNA é actualmente constituído pelo presidente, pelo secretário-geral, por quarenta e oito vogais natos e por quinze vogais convidados, identificados nominalmente no **Anexo 1**.

3 – ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

No decurso de 2011 relevou a elaboração dos planos de recursos hídricos, a cujo acompanhamento coube ao CNA proceder, nomeadamente no que se refere ao Plano Nacional da Água, mas também às etapas determinantes dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica dos rios internacionais luso-espanhóis. Estes últimos foram concluídos e encontram-se, nesta data, em processo de consulta pública, estando a realização do Plano Nacional da Água significativamente atrasada, facto que se reflecte na definição estratégica das grandes opções da política nacional da água para o próximo quinquénio.

Na sequência da mudança do Governo da República, em meados do ano, ocorreu a constituição do novo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, que passou a deter competências nos domínios do planeamento, ordenamento, utilização e gestão dos recursos hídricos nacionais para diferentes usos e utilizações.

Verificou-se, também, o regresso das instalações do Conselho à Rua de O Século, n.º 51, em Lisboa, onde havia estado sediado desde o início da sua constituição até 2001.

Reuniões
plenárias

Durante o ano de 2011 realizaram-se duas reuniões plenárias, que tiveram lugar nos dias 22 de Março (data em que se celebra o Dia Mundial da Água) e 14 de Setembro, ambas efectuadas no Salão Nobre do edifício do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território situado na Rua de O Século. Na data em que se elabora o presente programa de actividades, decorreu já uma outra reunião plenária, mais precisamente no dia 27 de Janeiro de 2012. Naquelas reuniões foram abordados as seguintes matérias, constantes das respectivas ordens de trabalho, reproduzidas no **Anexo 2**:

- ✓ Estratégia Nacional para o Mar. Ordenamento do Espaço Marítimo e Gestão Integrada da Zona Costeira.
- ✓ Acompanhamento da elaboração do Plano Nacional da Água e dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica dos rios internacionais luso-espanhóis.
- ✓ Estrutura institucional de gestão dos recursos hídricos portugueses. Modelo em estudo.
- ✓ Responsabilidade por danos ambientais nos recursos hídricos, sua prevenção e reparação.
- ✓ Reestruturação e sustentabilidade dos Serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.



As três sessões foram amplamente participadas (cerca de 90% dos membros em exercício), tendo os assuntos abordados sido introduzidos por documentação previamente preparada (ver lista dos documentos distribuídos no já referido **Anexo 2**). Destaca-se o envolvimento de vários membros do Conselho, das entidades que o integram e até de organismos exteriores ao próprio Conselho, tanto na proposta dos temas e na preparação dos documentos a apresentar, como na exposição, debate e parecer sobre os assuntos agendados, conforme consta das actas das mesmas reuniões, regimentalmente aprovadas.



Actividades
complementares

Enfatiza-se ainda a realização de uma sessão extraordinária do Conselho, no auditório do Padrão dos Descobrimentos, em Belém, no dia 18 de Abril de 2011, no âmbito das celebrações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios 2011, subordinado ao tema geral “Água: Cultura e Património”. Nessa sessão foram apresentadas as seguintes comunicações:

- Sôbolos rios que vão por Lusitânia... a leitura arqueológica da água em Portugal, pelo Prof. Luís Raposo;
- Património, Paisagem – Margens partilhadas, pela Prof.^a Maria da Graça Saraiva;
- A água na origem e génese do Mosteiro de Alcobaça, pela Arq.^a Paisagista Elisabete Barreiros Ferreira;
- O conceito de Serviços dos Ecossistemas na gestão de recursos aquáticos – Uma questão de cultura, pelo Prof. João Carlos Marques; e
- A água como motivo pictórico, pela Prof.^a Raquel Henriques da Silva.



Dia Internacional dos Monumentos e Sítios

Água 18
cultura Abril
património 2011

Ao longo do seu mandato, o Grupo de Trabalho XV, coordenado pelo Eng.^o Francisco Sanchez, prosseguiu o acompanhamento da elaboração do Plano Nacional da Água, sobre a qual produziu cinco informações que sistematizam o trabalho desenvolvido e identificam as razões que o impediram de concluir a tarefa que lhe incumbia, face ao atraso verificado na elaboração do Plano Nacional da Água. Admite-se que o Grupo de Trabalho possa ser reactivado ou constituído de novo durante 2012 para ultimar o acompanhamento da elaboração do PNA e preparar o parecer a emitir pelo Conselho sobre a proposta do Plano.



Refere-se, por fim, a Audição do Conselho Nacional da Água na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local da Assembleia da República, no dia 2011.10.25, acerca da qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento. A referida audiência foi precedida da preparação de um texto de suporte, que sintetiza a intervenção pretérita do CNA nesse domínio (desde 2000), e inclui as opiniões formuladas sobre o tema por alguns membros do Conselho em reuniões de âmbito restrito, realizadas em Outubro de 2011.

A organização e a coordenação das actividades do Conselho, durante e entre reuniões plenárias, foram asseguradas pelo Secretário-Geral, com recurso à reduzida mas muito valiosa estrutura de apoio prevista no Decreto-Lei n.º 166/97, que de momento integra o adjunto Doutor Francisco Nunes Godinho e a secretária Dra. Fátima Marques.

4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FUNCIONAL

Despesa

O Conselho Nacional da Água dispôs no ano findo de dotações financeiras próprias que permitiram suportar os encargos normais de funcionamento. Salienta-se, todavia, que do montante de 79 756 Euros disponível para o exercício findo, após ser cativada uma parte da verba para despesas correntes, foram gastos na actividade do Conselho apenas 44 660 Euros, reflectindo em boa parte o facto de um dos cargos desempenhados não ter sido remunerado.

A menos esse aspecto, a verba afecta ao CNA em 2011 revelou-se exígua, embora suficiente para satisfazer os encargos inerentes ao desenvolvimento e apoio externo às tarefas empreendidas, dados os escassos meios humanos e materiais que desde o início têm estado envolvidos nas actividades regulares do Conselho.

Conforme disposto no artigo 11º do Decreto-Lei n.º 166/97, o apoio logístico ao Conselho é assegurado, na generalidade das situações, pela Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT), podendo, caso haja necessidade de realizar acções periféricas, o referido apoio ser prestado pelas entidades mais directamente envolvidas nessas acções. Reconhece-se o trabalho e o empenho demonstrados por aquela Secretaria-Geral, a quem se agradece, uma vez mais, a colaboração prestada.

Como já antes mencionado, o Conselho, que estava instalado na Rua de S. Domingos à Lapa, n.º 26, voltou a estar sediado no edifício do MAMAOT situado na Rua de O Século, n.º 51, local onde continuam a ter lugar a generalidade das reuniões plenárias do CNA.

5 - ACTIVIDADES PROGRAMADAS PARA 2012

Perante a relevância dos assuntos constantes da agenda da gestão e utilização eficiente dos recursos hídricos portugueses, bem como as alterações em curso no que respeita à estrutura institucional de gestão da água em Portugal, é de prever que em 2012 o plenário do Conselho Nacional da Água continue a reunir, pelo menos quadrimestralmente. Como antes referido, decorreu já uma primeira reunião plenária do ano, em finais do mês de Janeiro. Admite-se, uma vez mais, que se voltem a realizar reuniões plenárias fora de Lisboa, quando sejam abordadas matérias que dêem sentido a esse procedimento.

Temas
gerais

A intervenção do Conselho privilegiará o debate de temas de manifesta importância e oportunidade, nomeadamente os relacionados com a funcionalidade da nova estrutura institucional de gestão dos recursos hídricos, que integrou o INAG e as ARH na Agência Portuguesa do Ambiente. Durante 2012 continuará a ser objecto de especial atenção o acompanhamento do processo de planeamento dos recursos hídricos em curso, nomeadamente através da conclusão dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) e do Plano Nacional da Água, cujas versões finais se espera estejam concluídas nos próximos meses. Relevará ainda durante o exercício que se inicia a prevista reestruturação dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Para além de tais assuntos, irão também avultar temas como a aplicação da Lei da Água, o cumprimento das directivas comunitárias ligadas ao domínio hídrico, as relações luso-espanholas sobre as bacias hidrográficas partilhadas, particularmente importantes numa fase em que ambos os países se encontram a concluir os respectivos PGRH, bem como a interligação da gestão da água com as políticas económicas sectoriais e com o ordenamento do território e com a conservação da natureza. Refira-se ainda a desejável e necessária intensificação de temáticas ligadas à gestão das águas marinhas no âmbito de actuação do CNA.

Temas
específicos

Enunciam-se de seguida alguns temas mais específicos que assumem interesse e oportunidade e que se julga de interesse abordar no CNA no decurso de 2012 e dos anos seguintes, a par daqueles que o calendário político da água venha a recomendar:

- (1) a implantação e operacionalização do novo quadro institucional da gestão dos recursos hídricos em Portugal;
- (2) a aplicação dos programas de medidas contidos nos PGRH, bem como a avaliação intercalar dos progressos verificados na sua execução, exigida pela União Europeia;
- (3) a definição e operacionalização de medidas de protecção, conservação, reabilitação e valorização dos recursos hídricos interiores, estuarinos e costeiros;

- (4) a racionalização e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de água potável e de saneamento de águas residuais;
- (5) a implementação do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, em particular a nível autárquico municipal e da actividade agrícola;
- (6) a estratégia para a promoção de novos regadios e para o prosseguimento da rega a partir do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva;
- (7) o funcionamento e melhoria da rede de monitorização da quantidade e qualidade das águas e dos sistemas de previsão, controlo e protecção contra os efeitos das situações de cheias e de secas;
- (8) a aplicação e desenvolvimento da Convenção sobre a Protecção e o Aproveitamento sustentável das bacias hidrográficas luso-espanholas e o funcionamento da sua CADC;
- (9) a avaliação intercalar da execução da Directiva-Quadro da Água (DQA), que a própria directiva estabelece deve ser feita em 2012;
- (10) a Estratégia Nacional para o Mar, abrangendo o ordenamento do espaço marítimo, a gestão integrada da zona costeira e a implementação da Directiva-Quadro Estratégia Marinha, incluindo a sua articulação com a DQA;
- (11) as implicações económicas do cumprimento dos objectivos ambientais impostos às massas de água naturais e modificadas e os mecanismos a utilizar no âmbito das derrogações desses objectivos;
- (12) a valorização estratégica da rede hidrográfica através da instalação de pequenos e grandes projectos hidráulicos, de fins únicos ou múltiplos, para regularização de caudais, abastecimento urbano, produção hidroeléctrica e rega;
- (13) a compatibilização das metas estabelecidas para o fomento das energias renováveis com os objectivos traçados nos PGRH para os mini aproveitamentos hidroeléctricos;
- (14) a concertação dos aproveitamentos hidráulicos com as obrigações nacionais em termos de conservação da natureza e da biodiversidade;
- (15) a gestão de riscos em recursos hídricos, atendendo às respectivas vulnerabilidades e objectivos de segurança.

Funcionamento

Sempre que se justifique, as actividades em plenário continuarão a apoiar-se na intervenção prévia de grupos de trabalho, no intuito de melhor se ponderar e fundamentar as recomendações e os pareceres prestados. Como até agora, esses grupos de trabalho terão missões específicas e

delimitadas no tempo e serão constituídos agregando às entidades representadas no Conselho os especialistas mais adequados à satisfação dos objectivos em cada caso visados.

Em 2012, o CNA procurará alargar o intercâmbio com instituições congéneres de outros países, assim como desenvolver acções que incentivem a imprescindível interacção entre a Administração Pública e a Sociedade Civil na gestão integrada e sustentável da água em Portugal.

Claro está que a eficácia e utilidade do trabalho do Conselho Nacional da Água, resultando em primeiro lugar da forma como se processe a análise das questões equacionadas e do empenho dos conselheiros na sua discussão, será em muito determinada pelo âmbito e profundidade com que os assuntos lhe sejam colocados. Dependerá também das orientações políticas subsequentes, da actuação dos organismos executivos responsáveis pela gestão dos recursos hídricos do País e da capacidade destes se articularem com os demais departamentos da Administração, com os sectores utilizadores e com as organizações civis envolvidas na concretização das recomendações e pareceres que dá ao Governo.

6 – ORÇAMENTO PARA 2012

Orçamento

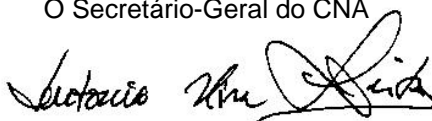
As verbas com cobertura orçamental destinadas a custear o desenvolvimento das actividades do Conselho no próximo ano estão incluídas no Orçamento de Estado, no capítulo do orçamento da administração central relativo a Serviços Gerais de Apoio, Estudos, Coordenação e Controlo do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Tais verbas, num montante global de 77 321 Euros, constam das seguintes rubricas orçamentais:

Designação	Classificação económica	Dotação (Euros)
1 – Remunerações	01.01.03 e 01.01.09	47 557
2 – Subsídios	01.01.13 e 01.01.14	11 267
3 – Grupos de trabalho	01.02.13	2000
4 – Segurança social e despesas de saúde	01.03.01 e 01.03.05	11 898
5 – Aquisição de bens	02.01.04, 02.01.08, 02.01.18 e 02.01.21	360
6 – Assistência técnica	02.02.19	1 300
7 – Comunicações e transportes	02.02.09 e 02.02.10	753
8 – Representação, deslocação e estadas	02.02.11 e 02.02.13	200
9 – Outros serviços	02.02.20 e 02.02.25	100
10 – Outras despesas correntes - Reservas	06.02.03	1886
TOTAL ANUAL	---	77 321

Face à conjuntura que o País atravessa, considera-se que o montante global orçamentado para o exercício de 2012, embora ainda mais escasso que nos anos antecedentes, deverá permitir prosseguir os objectivos do CNA e mobilizar os necessários meios operacionais e os contributos especializados, em especial dos vogais que, com continuado empenho e qualidade, vêm assegurando o elevado nível das apreciações efectuadas pelos grupos de trabalho do Conselho.

Lisboa, 30 de Janeiro de 2012

O Secretário-Geral do CNA



António Eira Leitão

Anexo 1

Membros do Conselho Nacional da Água no final de 2011

Vogais Natos
Presidente do Instituto da Água – Dr. Orlando de Castro Borges
Subdirectora-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente – Dr.ª Anabela Trindade
Representante do Presidente do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional – Eng.º Mário Nascimento
Director-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano – Arqt.º Vitor Campos
Director-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Dr. José Augusto Rodrigues Estêvão
Director-Geral de Energia e Geologia – Dr. José Manuel Perdigoto
Director-Geral das Actividades Económicas – Dr. Mário Lobo
Director-Geral da Saúde – Dr. Francisco George
Presidente do Instituto de Turismo de Portugal – Dr. Luís Manuel dos Santos Silva Patrão
Presidente da Autoridade Florestal Nacional – Eng.º Amândio Torres
Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade – Eng.º Tito Rosa
Presidente da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos – Eng.º Jaime Melo Baptista
Presidente do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos – Eng.º Miguel Sequeira
Presidente da Administração de Região Hidrográfica do Norte – Prof. Doutor António Guerreiro de Brito
Presidente da Administração de Região Hidrográfica do Centro – Prof.ª Doutora Maria Teresa Fidélis
Presidente da Administração de Região Hidrográfica de Lisboa e Vale do Tejo – Eng.º Manuel Ruano Lacerda
Presidente da Administração de Região Hidrográfica do Alentejo – Eng.ª Paula Sarmento e Silva
Presidente da Administração de Região Hidrográfica do Algarve – Eng.ª Valentina Coelho Calixto
Representante do Ministério da Defesa Nacional – Coronel Francisco Grave Pereira
Representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Emb. Gonçalo Santa Clara Gomes
Representante do Governo da Região Autónoma dos Açores (Dir. Reg. Ord. Território e Rec. Hídricos) – Prof. Doutor José Virgílio Cruz
Representante do Governo da Região Autónoma da Madeira (Dir. Reg. Ambiente) – Eng.º João Correia
Presidente da Câmara Municipal de Coimbra – Prof. Doutor João Paulo Barbosa de Melo
Presidente da Câmara Municipal do Montijo – Dr.ª Maria Amélia Antunes
Presidente da Câmara Municipal de Serpa – Dr. João Rocha da Silva
Presidente da Câmara Municipal de Peso da Régua – Dr. Nuno Sousa Carvalho Gonçalves
Vereador da Câmara Municipal do Porto – Dr. Álvaro Castello-Branco
Presidente da Câmara Municipal de Tavira – Dr. José Manuel Guerreiro
Vereador da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira – Sr. Francisco Vale Antunes
Representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Dr.ª Maria João Lopes
Representante da Associação Nacional de Conservação da Natureza (QUERCUS) – Prof. Doutor Francisco Ferreira
Presidente da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH) – Eng.ª Alexandra Serra
Presidente do Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) – Prof. Doutor João Joanaz de Melo
Representante da Liga para a Protecção da Natureza (LPN) - Dr.ª Paula Chainho
Presidente da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA) – Eng.º Rui Godinho
Presidente da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB) – Prof. António Monteiro
Presidente do Conselho Directivo do Instituto Nacional dos Recursos Biológicos – Dr.ª Maria Rosa Tobias Sá
Representante do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) – Eng.ª Rafaela Saldanha Matos
Representante da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Prof. Doutor Rui Vítor Cortes
Representante da Universidade de Coimbra - Prof. Doutor João Pedroso de Lima
Representante da Universidade do Algarve – Prof. Doutor Luís Chicharo

Representante do Instituto Politécnico de Leiria – Prof. Doutor João Ramos
Representante da Rede Eléctrica Nacional (REN) – Eng. ^a Helena Gonçalves Azevedo
Presidente do Conselho de Administração da AdP - Águas de Portugal - Eng. ^o Pedro Cunha Serra
Representante da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) – Eng. ^o João Coimbra
Representante da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) – Eng. ^o Jaime Braga
Presidente da Direcção da Ass. das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente (AEPISA) – Eng. ^o Paulo Pinheiro
Representante da Confederação do Turismo Português (CTP) – Dr. Sérgio Palma Brito

Vogais Convidados
Prof. Doutor António Betâmio de Almeida – Instituto Superior Técnico
Prof. Doutor Francisco Andrade - Ordem dos Biólogos
Prof. Doutor Francisco Avillez – Instituto Superior de Agronomia
Prof. Doutor Francisco Nunes Correia - – Instituto Superior Técnico
Prof. ^a Doutora Maria da Conceição de Oliveira e Cunha - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
Prof. Doutor Luís Veiga da Cunha – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
Doutor Eng. ^a João Paulo Cárcamo Lobo Ferreira – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
Dr. Joaquim Marques Ferreira – Águas do Algarve
Prof. ^a Doutora Maria Teresa Ferreira – Instituto Superior de Agronomia
Prof. Doutor Fernando Veloso Gomes – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
Eng. ^o José Barahona Nuncio – Federação Nacional de Regantes de Portugal
Prof. Doutor Carlos de Sousa Reis – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
Prof. Doutor António Carmona Rodrigues – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
Eng. ^o Francisco de La Fuente Sánchez – Ordem dos Engenheiros
Prof. Doutor Fernando Santana – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

Anexo 2



MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

42ª REUNIÃO

22 de Março de 2011 (3ª feira)

09h30m

ORDEM DE TRABALHOS

1. Acta da 41ª reunião do CNA, realizada em 3 de Dezembro de 2010.
2. Acompanhamento da elaboração do Plano Nacional da Água, PNA 2010.
3. Estratégia Nacional para o Mar. Ordenamento do Espaço Marítimo e Gestão Integrada da Zona Costeira.
4. Relatório de Actividades e Contas de 2010. Programa de Actividades e Orçamento para 2011.

DOCUMENTOS DISTRIBUÍDOS

- Acta da 41ª reunião plenária (ponto 1. da OT).
- Acompanhamento do PNA 2010. Informação n.º 3 do GT XV (ponto 2. da OT).
- Traçar rumos num novo mapa de soberanias (ponto 3. da OT).
- Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (ponto 3. da OT).
- Relatório e Programa de Actividades do CNA 2010/2011 (ponto 4. da OT).



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.

43ª REUNIÃO

14 de Setembro de 2011 (4ª feira)

14h30m

ORDEM DE TRABALHOS

1. Acta da 42ª reunião do CNA, realizada a 22 de Março de 2011.
2. Acompanhamento da elaboração do Plano Nacional da Água e dos Planos de Gestão de Região Hidrográfica dos rios internacionais luso-espanhóis.
3. Estrutura institucional de gestão dos recursos hídricos portugueses. Modelo em estudo.

DOCUMENTOS DISTRIBUÍDOS

- Acta da 42ª reunião plenária (ponto 1. da OT).
- Acompanhamento do PNA 2010. Informação n.º 4 do GT XV (ponto 2. da OT).
- Planeamento de recursos hídricos – Plano Nacional da Água. Ponto de situação (ponto 2. da OT).
- PGRH dos rios Guadiana, Tejo, Douro, Lima e Minho. Aspectos focais e articulação transfronteiriça (ponto 2. da OT).
- Estrutura institucional de gestão dos recursos hídricos portugueses. Modelo em estudo (ponto 3. da OT).



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

44ª REUNIÃO

27 de Janeiro de 2012 (6ª feira)

Salão Nobre - 09h30m

ORDEM DE TRABALHOS

1. Acta da 43ª reunião do CNA, realizada a 14 de Setembro de 2011.
2. Responsabilidade por danos ambientais nos recursos hídricos, sua prevenção e reparação.
3. Reestruturação e sustentabilidade dos Serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

DOCUMENTOS DISTRIBUÍDOS

- Acta da 43ª reunião plenária do Conselho (ponto 1. da OT).
- A responsabilidade ambiental como instrumento das políticas de ambiente. Desafios da operacionalização do regime no âmbito da gestão da água (ponto 2. da OT).
- Responsabilidade por danos ambientais nos recursos hídricos, sua prevenção e reparação (ponto 2. da OT).
- A responsabilidade por danos ambientais nos recursos hídricos. A perspectiva da IGAOT (ponto 2. da OT).
- Reestruturação dos serviços de águas e resíduos. Uma visão para a sustentabilidade e eficiência do sector (ponto 3. da OT).
- Informação n.º 5 do GT XV do CNA, acerca do Acompanhamento da elaboração do Plano Nacional da Água.
- Texto preparatório da audição do CNA na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local da Assembleia da República, sobre qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento.